



IX Colóquio Internacional São Cristóvão/SE/Brasil
“Educação e Contemporaneidade” 17 a 19 de setembro de 2015

ISSN 1982-3657



TRABALHO E RELAÇÕES DE GÊNERO: UMA ANÁLISE DOS PAPÉIS SOCIAIS DE HOMENS E MULHERES

ANA PAULA LEITE NASCIMENTO

EIXO: 10. EDUCAÇÃO, CORPO, SEXUALIDADE, GÊNERO

TRABALHO E RELAÇÕES DE GÊNERO: UMA ANÁLISE DOS PAPÉIS SOCIAIS DE HOMENS E MULHERES

RESUMO: Neste trabalho realizamos uma análise dos papéis sociais de homens e mulheres a partir da discussão sobre trabalho e relações de gênero. Registramos inicialmente uma discussão sobre trabalho e relações de gênero, enfatizando os papéis sociais de homens e mulheres, e, na perspectiva de dialogarmos com os interlocutores teóricos que nos utilizamos no estudo, fomos analisando os dados que selecionamos no intuito de trazermos considerações que abarcassem a categoria gênero. Quanto aos aspectos metodológicos, caracterizou-se como uma pesquisa bibliográfica, com destaque predominantemente para a natureza qualitativa da pesquisa. Para a coleta de dados utilizou-se do levantamento bibliográfico. A pesquisa utilizou-se do método histórico dialético.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho; Relações de gênero; Papéis sociais.

ABSTRACT: In this work an analysis of the social roles of men and women from the discussion about work and gender relations. Initially recorded a discussion about work and gender relations, emphasizing the social roles of men and women, and in the view of dialogarmos with the theoretical interlocutors that we use in the study, we were analyzing the data selected with a view to bringing the considerations that abarcassem gender category. As for the methodological aspects, it was characterized as a bibliographical research, especially for the predominantly qualitative research. To collect data from the literature. The research used is the historical dialectic method.

KEYWORDS: Work; Gender relations; Social roles.

I. INTRODUÇÃO

O presente artigo[*i*] se propôs a realizar uma análise dos papéis sociais de homens e mulheres, mais especificamente a partir da discussão sobre trabalho e relações de gênero. Considerando, no momento, a impossibilidade de termos acesso aos dados relacionados à escolha profissional e/ou exercício da profissão por parte das juventudes inseridas nas diferentes modalidades educacionais no contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), universo do nosso estudo no âmbito da pesquisa no doutorado em Educação, priorizamos para este estudo a análise de dados que tratam do trabalho e renda da juventude brasileira, sistematizados no artigo “*Juventude, Juventudes: uma análise do trabalho e renda da juventude brasileira*”[*ii*], cuja autoria é de Alessandro Lutfy Ponce de Leon e que foi publicado na obra “*Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*”, que é um dos materiais

especializados que estamos utilizando na revisão bibliográfica da nossa tese que se encontra em fase de elaboração. Na análise que realizamos neste artigo nos apropriamos dos dados quantitativos do artigo em pauta que não receberam análise qualitativa com o recorte para a discussão dos papéis sociais de homens e mulheres, objetivo que buscamos contemplar neste trabalho com o recurso dos aportes teóricos dos referenciais bibliográficos que abordam acerca do trabalho e relações de gênero.

Ante o exposto, registramos inicialmente uma discussão sobre trabalho e relações de gênero, enfatizando os papéis sociais de homens e mulheres, e, na perspectiva de dialogarmos com os interlocutores teóricos que nos utilizamos no trabalho, fomos analisando os dados que selecionamos no intuito de trazeremos considerações que abarcassem a categoria gênero.

Ao final expomos breves considerações dos resultados do exercício que realizamos quando nos propomos a dar um tratamento analítico aos dados quantitativos selecionados, a fim de contemplarmos as dimensões quantitativas e qualitativas de uma pesquisa, já que os dados quantitativos e qualitativos não se opõem, ao contrário, se complementam. (MINAYO, 1994).

Quanto aos aspectos metodológicos deste trabalho, convém assinalarmos que se caracterizou como uma pesquisa bibliográfica. Destacamos como predominante a natureza qualitativa desta pesquisa. Para a coleta de dados utilizou-se do levantamento bibliográfico, constituindo-se como procedimento metodológico por excelência na coleta de informações, baseado no objetivo que nos propusemos com este estudo. Registramos que a análise e a interpretação dos dados foram realizadas a partir de categorias definidas durante o estudo à luz do referencial teórico. A pesquisa utilizou-se do método histórico dialético[iii], o qual procura captar as mediações que explicam as relações dos complexos com a totalidade para desvendar o real a partir de suas contradições e determinações; que, partindo-se dos fenômenos aparentes e através de um processo de abstração, busca-se chegar à sua essência, reproduzindo-se a realidade pesquisada no plano do pensamento, enquanto real pensado. (KOSIK, 1995).

II. DISCUTINDO SOBRE TRABALHO E RELAÇÕES DE GÊNERO

Sobre o debate com relação aos papéis sociais de homens e mulheres convém registrarmos que o processo de compreensão e identificação destes papéis ocorre já na mais tenra idade no convívio familiar, bem como nas relações estabelecidas na escola e nos diferentes espaços de relações sociais em que os sujeitos sociais estão inseridos.

Belo *et al* (2010, p.24 apud HEILBORN, 1999) apontam que

em muitas [...] “culturas ocidentais modernas”, por exemplo, as pessoas aprendem desde cedo concepções como a de que as meninas são dóceis, enquanto os meninos devem ser assertivos. Daí, são reforçadas as diferenças sob a forma de estereótipos sexistas relativos aos mais diversos aspectos; o trabalho é um deles.

Em se tratando da categoria trabalho partimos da prerrogativa que “o trabalho [...] é uma categoria central para compreensão do próprio fenômeno humano-social”. (NETTO; BRAZ, 2006, p.29).

Em Marx (2011, p.211) tem-se que no trabalho o homem “defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo [...], a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana”. Assevera ainda que “atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza”. (Ibidem).

Nesse sentido, é imperativo, portanto, destacarmos que

concebido por alguns autores como fonte de realização pessoal, elemento de apropriação da autonomia e central na constituição identitária dos indivíduos, o trabalho foi ao longo da história se formalizando em *diferentes tipos de trabalho*. Essa formalização fez com que o trabalho *produtivo* passasse a ser visto como masculino e o trabalho doméstico como feminino, já que o *cuidar* é concebido como uma ação natural da mulher. (BELO *et al*, 2010, p.24 apud ARAÚJO; SCALON, 2005).

Acerca da diferença de papéis sociais de homens e mulheres referendamos os argumentos assinalados por Cruz (2005, p. 41):

o caráter da diferença atribuído às mulheres se situa especialmente no campo representacional e, por conseguinte, a divisão sexual do trabalho é um processo que não se limita a indicar o lugar de homens e mulheres nas estruturas ocupacionais, perfis de qualificação e tipos de postos de trabalho. A qualificação é uma construção social fortemente sexuada e o sistema de sexo/gênero é uma dimensão fundamental do processo de construção de categorias que

estruturam a definição de postos de trabalho e de perfis de qualificação e de competências a eles associados.

Desta feita, vale ressaltarmos que a escolha da área da qualificação e/ou da profissão tem uma série de influências que certamente perpassa pela questão de gênero. Neste ponto corroboramos com Santos *et al* (2011, p.348, grifo nosso):

Dentre os fatores que podem ser considerados influenciadores dessa escolha [*profissional*], podemos citar o ambiente familiar, os amigos, a situação social, a empregabilidade, a experiência profissional (se tiver) e a questão de gênero. Este último fator parece bastante pertinente nas escolhas, visto que apesar de os cursos de graduação não apresentarem mais exigências quanto ao gênero de seus futuros acadêmicos, as mulheres ainda tendem a escolher profissões consideradas femininas e os homens a escolher profissões que atendem à comunidade masculina.

Com relação à categoria gênero endossamos a assertiva de que gênero é “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”. (SCOTT, 1990, p.21).

Cabe alertarmos aqui que gênero não se refere ao sexo, pois são conceitos distintos e a apropriação teoricamente e criticamente desses conceitos possibilita ressignificar as relações de poder presentes na sociedade, relações, que, por sua vez, exercem determinações na definição dos papéis sociais de homens e mulheres. Na esteira de Musskopf (2008, n.p) sinalizaremos a diferenciação entre sexo e gênero. Vejamos:

Sexo refere-se ao dado físico-biológico, marcado pela presença de aparelho genital e outras características fisiológicas que diferenciam os seres humanos como machos e fêmeas; além destas, a partir de pesquisas recentes, também o código genético precisa ser considerado na constituição do sexo, o que complexifica as definições neste âmbito, cujo principal exemplo são as inúmeras formas de intersexualidade. Gênero refere-se ao dado social, formado por um aparato de regras e padrões de construção corporal e comportamento que configuram a identidade social das pessoas a partir do substrato físico-biológico, do que resultam identificações como masculino e feminino, bem como as múltiplas variantes que desviam da norma, como androginia, travestismo, efeminação ou masculinização, por exemplo.

É *mister* demarcarmos que gênero não se resume a uma “categoria de análise, como muitas estudiosas pensam, não obstante apresentar muita utilidade enquanto tal. *Gênero* também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual”. (SAFFIOTI, 2004, p. 45).

Nas relações sociais cotidianas identificamos que a predominância da ideologia do gênero patriarcal ainda perdura. Verificamos que apesar das inúmeras mudanças ocorridas nas últimas décadas e dos avanços significativos com relação ao mercado de trabalho e gênero, vários estudos (Abramo, 2006; Teixeira, 2009; Belo, Souza e Camino, 2010) demarcam uma segmentação e hierarquização dos cargos ocupados por homens e mulheres neste cenário, levando-se a defender que a divisão sexual ainda persiste, não como antes, mas de acordo com as novas formas de preconceito latentes na sociedade. (FEITOSA *et al*, 2013).

O debate dos papéis sociais de homens e mulheres implica na necessidade de entendimento da divisão sexual do trabalho. Para esta discussão nos apropriamos do estudo de Hirata e Kergoat (2007, p.599-600):

a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.). Sobre essa definição, todo mundo, ou quase, está de acordo. Contudo, do nosso ponto de vista, era necessário ir mais longe no plano conceitual. Por isso, propusemos distinguir claramente os princípios da divisão sexual do trabalho e suas modalidades. Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie. Se os dois princípios (de separação e hierárquico) encontram-se em todas as sociedades conhecidas e são legitimados pela ideologia naturalista, isto não significa, no entanto, que a divisão sexual do trabalho seja um dado imutável. Ao contrário, ela tem inclusive uma incrível plasticidade: suas modalidades concretas variam grandemente no tempo e no espaço, como demonstraram fartamente antropólogos e

historiadores(as). O que é estável não são as situações (que evoluem sempre), e sim a distância entre os grupos de sexo.

Ainda sobre divisão sexual do trabalho é importante pontuarmos que:

a divisão sexual do trabalho assume formas conjunturais e históricas, constrói-se como prática social, ora conservando tradições que ordenam tarefas masculinas e tarefas femininas na indústria, ora criando modalidades da divisão sexual das tarefas. A subordinação de gênero, a assimetria nas relações de trabalho masculinas e femininas se manifesta não apenas na divisão de tarefas, mas nos critérios que definem a qualificação das tarefas, nos salários, na disciplina do trabalho. A divisão sexual do trabalho não é tão somente uma consequência da distribuição do trabalho por ramos ou setores de atividade, senão também o princípio organizador da desigualdade no trabalho. (LOBO, 1991 apud CARLOTO, s.d, n.p).

Dialogando com as tendências mais preponderantes observadas a partir dos dados quantitativos que extraímos do material analisado cabe enfatizarmos que o resultado *“56% (26.821.746) dos jovens entre 15 e 29 anos no Brasil estavam trabalhando [...], a porcentagem de homens jovens que trabalhavam representava 67,5% (15.998.989), enquanto a de mulheres era igual a 44,8% (10.822.757) (LEON, 2007, p.311)”* pode estar associado aos papéis sociais historicamente delegados ao homem de ser o responsável pelo sustento do lar, já que os homens jovens aparecem com maior incidência trabalhando, e, no caso da mulher de ser a responsável pelo lar, aparecendo com menor inserção trabalhando as mulheres jovens. Nossa análise aqui tem como referência os apontamentos de Ferreira (2000 apud FEITOSA *et al* 2013, p.84). Vejamos:

em muitas [...] “culturas ocidentais” as pessoas começam a aprender desde cedo alguns aspectos relativos à questão do gênero, como a de que a feminilidade está relacionada à responsabilidade pelo lar e pela prole enquanto que a masculinidade está relacionada à responsabilidade pelo sustento do lar. A partir de construções como estas, surgem os estereótipos e preconceitos relacionados a vários aspectos da vida, entre eles, aqueles relacionados ao trabalho, como por exemplo, qual tipo de trabalho deve ser realizado por homens e qual tipo de trabalho deve ser executado por mulheres.

Com base nos elementos teóricos apresentados podemos dialogar também com o seguinte resultado extraído do material em análise: *“as mulheres jovens seguem registrando condições desfavoráveis de inserção, autonomia e renda em relação aos homens jovens; maior proporção de emprego em setores de baixa produtividade e os ingressos mais baixos, ainda que com os mesmos níveis de educação (LEON, 2007, p.312)”*. Neste resultado percebemos como o princípio hierárquico tem hegemonia nas relações de trabalho, haja vista que não obstante as mulheres jovens tenham os mesmos níveis de educação dos homens jovens, as mulheres ainda vivenciam no cotidiano de trabalho uma realidade de inserção mais precarizada, notadamente nos aspectos da autonomia e renda comparada à realidade que os homens vivenciam. Este cenário reforça a assertiva carregada de preconceito que um trabalho de homem vale mais que um trabalho de mulher.

De acordo com Feitosa *et al* (2013, p.90):

apesar de não serem permitidas pela constituição, as diferenças de remuneração é uma das formas de maior desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho brasileiro. Essa questão da equidade está no centro da agenda de Trabalho Decente da Organização Internacional do Trabalho – OIT (agência multilateral ligada à Organização das Nações Unidas): “Entende-se por Trabalho Decente um trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna” (Agenda Nacional de Trabalho Decente, Brasília, 2006).

Segundo Belo *et al* (2010, p.24 apud BRUSCHINI; ROSEMBERG, 1982; CARDOSO, 1980; GALEAZZI, 2001): “[...] quando a mulher vai à busca de trabalho, se depara com uma realidade de salários mais baixos, cargos de menor prestígio e menores oportunidades de desenvolvimento e ascensão ocupacional”. Os autores em questão afirmam que esse contexto se deve ao fato de que “existe ainda um quadro bastante variado de estereótipos que caracterizam as mulheres como menos capacitadas, ocasionando, por exemplo, padronizações referentes aos tipos de profissões consideradas masculinas e femininas”. (BELO *et al*, 2010, p.24).

Observamos também traços desta realidade em mais alguns dados que selecionamos do trabalho que apreciamos,

quais sejam: “Dos 17.336.413 jovens que declararam não ter renda pessoal, as mulheres somam 11.487.704 (66,3%), o que aponta para um alto grau de dependência das mulheres jovens brasileiras (LEON, 2007, p.312)”; “Os jovens em inatividade, isto é, aqueles que não trabalham e não buscam emprego, representam 21,1% (10.097.718) do total de jovens brasileiros de 15 a 29 anos [...]. Desses, 30,1% (3.043.951) são homens e 69,9% (7.053.767), mulheres. Entre os inativos, 53% (5.352.152) nunca trabalharam e 47% (4.745.566) já trabalharam” (LEON, 2007, p.316)”. Avaliamos que estes dados merecem destaque em virtude da ligação com o debate no âmbito do trabalho e relações de gênero, pois os percentuais maiores de ausência de renda e inatividade para as mulheres podem vincular-se à influência do patriarcalismo na dinâmica da vida em sociedade, afinal “o patriarcalismo é uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. Caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre mulher e filhos no âmbito familiar”. (CASTELLS, 1999, p.169).

III. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados quantitativos dos resultados da pesquisa que apreciamos e o diálogo com os interlocutores teóricos que tratam do debate acerca do trabalho e relações de gênero possibilitou a compreensão de que os papéis sociais de homens e mulheres recebem influências no âmbito das relações sociais que se dão na família, na escola e na sociedade em geral.

Identificamos que a depender das bases que fundamentam tais influências os resultados da caracterização dos papéis sociais de homens e mulheres são diferentes, podendo ter resultados de reforço ao escopo das posturas discriminatórias centradas no patriarcalismo, que acabam por segmentar escolhas e cargos profissionais em função apenas da diferença biológica entre os sexos. Como resultado também podem aparecer determinadas posturas que partem do pressuposto de que gênero pode designar diferenças entre os sexos, mas também se relaciona às características individuais de cada grupo sexual, ou seja, o gênero não fica restrito somente a questão biológica.

Isto posto, nos cabe referendar que o termo gênero foi proposto como “uma alternativa ao termo sexo, pois homens e mulheres, masculino e feminino são categorias sociais historicamente produzidas que não devem ser reduzidas a uma categoria biológica”. (MACHADO, 1999 apud SANTOS *et al*, 2011, p.349).

Constatamos que no contexto de trabalho o preconceito por vezes aparece na caracterização de profissões atribuídas como masculinas ou como femininas. É, portanto, no contexto do mercado de trabalho que as desigualdades e muitas vezes as discriminações aparecem com muita intensidade. Todavia, convém assinalarmos que a desigualdade entre os sexos está além da divisão sexual entre as profissões, pois “mesmo quando mulheres e homens ocupam o mesmo cargo, ainda existe uma diferença salarial, os homens, por exemplo, encontram-se em cargos de liderança e ganham os maiores salários”. (FEITOSA *et al*, 2013, p.86).

Desta feita, avaliamos que se apropriar teoricamente e criticamente de alguns conceitos nos possibilita ao mesmo tempo significar e ressignificar relações de poder latentes na sociedade, o que se apresenta como primordial mais especificamente em se tratando da compreensão das relações de gênero em virtude de historicamente sempre terem se constituído como guetos sexuais.

É imprescindível demarcarmos que se a apropriação de determinados conceitos, a exemplo destes que elencamos os seus pressupostos teóricos neste estudo, for conduzida com base em referenciais teóricos conservadores incorreremos no reforço às posturas discriminatórias e opressoras abusivas que ainda detém hegemonia no cotidiano das relações sociais, embora o enfrentamento destas contradições no campo teórico e da práxis já denotem resultados significativos de mudanças na organização das relações sociais, por conseguinte, nas representações de poder.

IV. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELO, Raquel Pereira; *et al.* Análise de repertórios discursivos sobre profissões e o sexo: um estudo empírico na cidade de João Pessoa. In: **Psicologia & Sociedade**, n. 22, p.23-31, 2010.

CARLOTO, Cássia Maria. **O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais**. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v3n2_genero.htm. Acesso em: 07 jul. 2015.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CRUZ, Maria Helena Santana. **Trabalho, gênero, cidadania: tradição e modernidade**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005.

FEITOSA, Caroline Mauriz de Moura Costa; *et al.* Trabalho e gênero: um levantamento sobre as profissões e gênero na cidade de Parnaíba-PI. In: **Perspectivas em Psicologia**, v. 17, n. 1, jan/jun, p.83-100, 2013.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez., p. 595-609, 2007.

KOSIK, Karel. **A dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

LEON, Alessandro Lutfy Ponce de. Juventude, Juventudes: uma análise do trabalho e renda da juventude brasileira. In: ABRAMOVAY, Miriam. (Orgs.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco, 2007.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I, Volume 1. 28ª. Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MEHRING, Franz. **Karl Marx: a história de sua vida**. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MUSSKOPF, André Sidnei. Quando sexo, gênero e sexualidade se encontram. In: **Gênero: da desigualdade à emancipação?** Publicação Virtual de Koinonia (ISSN 1981-1810). Ano 3, n. 8, Abril de 2008. Disponível em: http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=161&cod_boletim=9&tipo=Artigo. Acesso em: 07 jul. 2015.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. Volume 1. Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. Coleção Brasil Urgente. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Aline Coêlho dos; *et al.* A influência do gênero na escolha profissional de pré-vestibulandos: estudo de caso na cidade de Criciúma/SC. In: **Travessias**, v. 5, n. 2, p.347-364, 2010.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Mulher e realidade: mulher e educação**. Porto Alegre, Vozes, V. 16, n. 2, jul/dez, 1990.

[i] Elaborado a partir de resultado de pesquisa bibliográfica como parte da revisão bibliográfica da tese em fase de

elaboração no âmbito do doutorado em Educação, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe.

[ii] O detalhamento da referência do artigo que extraímos os dados para subsidiar nossa análise consta no tópico IV que trata das Referências Bibliográficas.

[iii] Acerca do método de pensamento cabe demarcarmos que Marx “[...] inverteu de forma a que não mais procedesse do ‘pensamento puro’, mas dos ásperos fatos da realidade, dando assim ao materialismo o método histórico dialético e um ‘princípio energético’, que procurasse não apenas explicar a sociedade, mas transformá-la”. (MEHRING, 2013, p.139).

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS, 2009); especialista em Escola e Comunidade (UFS, 2010); mestre em Serviço Social (UFS, 2014); doutoranda em Educação (UFS, 2015); assistente social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS). E-mail: paulajcbrasil@yahoo.com.br.

Recebido em: 19/07/2015

Aprovado em: 25/07/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: